

A agenda pós-eleitoral do Congresso

O Congresso começou a retomar suas atividades após o primeiro turno eleitoral deste ano. O retorno pleno das atividades ocorrerá, contudo, somente a partir da primeira semana de novembro, após o segundo turno.

Muitos parlamentares ainda estão envolvidos nas campanhas de segundo turno para a Presidência da República e para o governo de 12 estados. Além disso, é previsível que o resultado da eleição presidencial influenciará a pauta da Câmara e do Senado no pouco tempo que resta para o fim da atual legislatura.

Nessas duas semanas após o primeiro turno, Câmara e Senado se dedicaram principalmente à discussão de projetos relacionados à destinação de recursos para garantir o pagamento do piso nacional para profissionais de enfermagem. O Senado aprovou no dia 04 de outubro o PLP 44/22 que direciona ao pagamento do piso da enfermagem recursos atualmente disponíveis nos fundos de saúde de estados e municípios originalmente destinados ao combate à pandemia. A estimativa é que R\$ 24 bilhões estariam disponíveis nesses fundos de saúde. O projeto foi enviado à Câmara.

Já a Câmara aprovou nesta semana o PLP 7/22 que também interfere na aplicação de verbas dos fundos de saúde de estados e municípios, neste caso para destinar R\$ 2 bilhões às Santas Casas do país. O PLP 7 foi remetido ao Senado.

Pesquisas eleitorais foi outro assunto bastante discutido nesse ensaio de retomada das atividades do Congresso. O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros, apresentou projeto que prevê pena de prisão de 4 a 10 anos para os responsáveis por pesquisas cujos números divirjam do registrado pelas urnas além da margem de erro divulgado pelos institutos. O presidente da Câmara Arthur Lira incentivou a iniciativa de punir os institutos de pesquisas por alegados erros. Parecia até disposto a colocar o projeto em votação em regime de urgência. Mas recuou parcialmente. Não levou o projeto de Barros ao plenário e afirmou nesta semana que o objetivo não é criminalizar as pesquisas. Defendeu a proposta de que o “erro” não seja punido com prisão, mas com multas e proibição da atuação do instituto em eleições futuras.

Depois do segundo turno, matérias mais importantes voltarão à pauta.

Se Bolsonaro conseguir se reeleger, Arthur Lira sinaliza com a possibilidade de votar e aprovar ainda neste ano as reformas tributária e administrativa. Não é impossível, principalmente no caso da reforma administrativa (PEC 32/20), que já está pronta para ser votada em plenário.

A reforma tributária (PEC 45/19) também está disponível para votação no plenário da Câmara. Porém, talvez ainda seja necessário ajustar o conteúdo da proposta entre Paulo Guedes e a base governista. Alguma articulação com os atuais e os novos governadores também será necessária. No campo tributário, o que tem mais chance de avançar em caso de reeleição de Bolsonaro é a aprovação definitiva do projeto de taxação de dividendos (PL 2.337/2021), que já passou pela Câmara e está no Senado. Recentemente, Bolsonaro citou a taxação de dividendos como possível fonte para garantir a continuidade do pagamento de R\$ 600 reais para o Auxílio Brasil.

O PT e Lula também são favoráveis à aprovação da taxação de dividendos, mas, se eleito, o petista terá menos capacidade de influenciar a agenda de votações do atual Congresso, afinal somente assumirá a Presidência em janeiro de 2023.

Publicação produzida pela LCA exclusivamente para clientes. Reprodução proibida.

Este relatório foi preparado com informações de acesso público, analisadas rigorosamente pela LCA. O usuário deste material assume integralmente a responsabilidade pelas consequências da sua utilização.

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2450 | Conjunto 301 ao 309 | Bairro Pinheiros | CEP 05408-003 | São Paulo – SP | Tel + 55 11 3879-3760 | fax 3879-3737 | contato@lcaconsultores.com.br | www.lcaconsultores.com.br

Caso queira atualizar um endereço eletrônico ou parar de receber nossas publicações, [clique aqui](#)



Se Lula for eleito, nem a reforma administrativa nem a tributária devem ir adiante neste ano. Serão discutidas entre o novo governo e o novo Congresso a partir de fevereiro.

E, independentemente do resultado da eleição presidencial, será preciso votar o orçamento da União para 2023 e encontrar espaço para a manutenção do pagamento de R\$ 600 no Auxílio Brasil e, provavelmente, para outras despesas adicionais tal como algum aumento para o funcionalismo público dos três poderes. Portanto, será imprescindível mexer novamente no teto de gastos, via emenda constitucional.

É bom não esquecer também a questão do orçamento secreto. Há boa chance de o orçamento secreto ser derrubado pelo Supremo ainda neste ano, especialmente se Lula vencer a eleição. Tudo indica que há maioria no STF para tornar ilegal o orçamento secreto. Porém, a decisão pode ser adiada por um pedido de vistas dos ministros Kássio Nunes ou André Mendonça.

Se o orçamento secreto cair por decisão do STF, o Congresso tentará restabelecê-lo via emenda constitucional, cuja tramitação atropelará as demais matérias da agenda congressual neste final do ano.

Desamarrar o nó do orçamento, encontrar uma maneira de garantir o Auxílio Emergencial de R\$ 600 e, talvez, garantir o orçamento secreto via emenda constitucional serão as prioridades para o Congresso após o segundo turno.

Os parlamentares terão apenas um mês e meio para lidar com esse nó, pois o recesso começará em 17 de dezembro. Pode ser insuficiente. Isto é, a aprovação do orçamento pode ficar para 2023, embora não seja o mais provável. Para Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e os parlamentares que não voltarão em 2023, o melhor é resolver o imbróglio neste ano.

O segundo turno da eleição presidencial

Provavelmente, Lula continua na liderança da disputa presidencial. Embora a discrepância entre os institutos tenha diminuído, ainda há divergência entre as pesquisas. Dependendo da fonte, Lula está 9 pontos (Ipec) ou 4 pontos (PoderData) à frente de Bolsonaro.

Entretanto, todas as pesquisas colocam Lula na liderança e, o que é relevante neste momento, mostram estabilidade na disputa. Os institutos que já fizeram duas ondas de pesquisas neste primeiro turno indicaram que as intenções de voto de Lula e Bolsonaro não se alteraram nessas duas semanas pós primeiro turno.

É uma boa notícia para Lula. Bolsonaro só tem agora mais duas semanas para tentar virar a eleição presidencial. Não será uma tarefa fácil. A desastrosa passagem de Bolsonaro e seus seguidores por Aparecida do Norte certamente não o ajudarão nessa tarefa.